

“HOJE, COMO SEMPRE, UM DIA DE LUTA”: RESISTÊNCIA INDÍGENA E PRÁTIS EDUCATIVA

“TODAY, AS ALWAYS, A DAY OF STRUGGLE”: INDIGENOUS RESISTANCE AND EDUCATIONAL PRAXIS

Beatriz de Oliveira¹

RESUMO: Propõe-se com este trabalho uma reflexão sobre o modo como as populações indígenas têm se colocado enquanto sujeitos históricos diante daqueles que se esforçam pela manutenção de seu silenciamento e objetivação. Os dados foram gerados no evento “Direitos indígenas e a atual conjuntura política brasileira”, promovido pela Associação dos Estudantes Indígenas da Universidade Federal de Santa Catarina (AEIUFSC), organizado imediatamente após a confirmação de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. A partir dos discursos do candidato eleito cujas afirmações evidenciam uma ameaça aos povos indígenas no que diz respeito principalmente ao direito à demarcação de suas terras, estudantes indígenas da UFSC sentiram a emergente necessidade de problematizar as situações a que poderiam vir a ser expostos. A terra, para esses povos, é local sagrado e onde as práticas linguístico-culturais são realizadas, portanto, essas discussões se fazem urgentemente necessárias.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Indígenas. Estudantes indígenas. Práticas linguístico-culturais.

ABSTRACT: This work proposes a reflection on how Indigenous populations have positioned themselves as historical subjects in the face of those who strive for their silencing and objectification. The data were generated at the event "Indigenous Rights and the Current Brazilian Political Conjuncture," promoted by the Associação dos Estudantes Indígenas da Universidade Federal de Santa Catarina (AEIUFSC), organized immediately after Jair Bolsonaro's confirmation as president of Brazil. Based on the speeches of the elected candidate, whose statements highlight a threat to Indigenous peoples, particularly regarding the right to the demarcation of their lands, Indigenous students from UFSC felt the emerging need to problematize the situations they could face. For these peoples, the land is a sacred place and where linguistic-cultural practices are carried out, therefore these discussions are urgently necessary.

PALAVRAS-CHAVE: Indigenous Right. Indigenous students. Linguistic-cultural practices.

Introdução

*Em um país como o Brasil manter a esperança viva é em si um ato revolucionário
(Paulo Freire)*

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: b.oliveiralp@gmail.com.

Não há como falar sobre as populações indígenas do Brasil, e talvez do mundo, sem mencionar, o mais breve que seja, suas trajetórias marcadas por intensos conflitos físicos, políticos, ideológicos e morais. Os primeiros, físicos, muitas vezes, são tomados como os únicos verdadeiramente violentos, pois são os mais perceptíveis e que causam consequências imediatas. Ignora-se o fato de que, desde a chegada do homem colonizador, até a extensão dos dias de hoje, suas histórias vêm sendo marcadas por discriminação, preconceito e violações (em todos os sentidos possíveis). Esses mecanismos de poder – de um em relação a outros – empenham-se em dizimar essas populações enquanto grupos, forçando-as à integração.

Conquanto, essa integração não pode ser considerada como “integração ao contexto” nos termos colocados por Paulo Freire (2018, p. 58) que a considera “resultante de estar não apenas nele [no contexto], mas com ele, e não a simples adaptação [...]”. A política de integração dos povos indígenas à chamada comunhão nacional, que vigorou no século XX, por intermédio da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, foi, simplesmente, uma nova roupagem dada ao já conhecido processo de assimilação que perdurou durante todo o período colonial e que almejava unicamente a aculturação e o desenraizamento das populações indígenas de suas tradições. Na contramão desse modelo de integração provocado pelo processo colonial, Paulo Freire (2018) pontua que a verdadeira integração promove o enraizamento do sujeito. “Faz dele, na feliz expressão de Marcel, um ser ‘situado e datado’” (p. 59). A acomodação e o ajustamento são próprios daquilo que o autor chama de massificação e que implica na sua destemporalização.

A massificação dos povos indígenas ocorreu já nos primeiros anos de colonização, quando estes foram nomeados índios². Sabe-se que existem no Brasil de hoje mais de 300 etnias indígenas, número que quando da chegada por portugueses, acredita-se, passava de 1.000 (AZEVEDO, 2008). Cada um desses grupos possui modos próprios de viver e de ver a mundo, apresentando singularidades culturais e tradicionais. Contudo, no decorrer da história, percebendo e adotando conscientemente para si essa massificação, os grupos indígenas passaram a utilizá-la estrategicamente como forma de aliança, criando uma verdadeira unidade de luta.

Nesse sentido, discute-se, no decorrer deste artigo, como as populações indígenas, enquanto uma das massas de nossa sociedade, por intermédio de suas lideranças, têm se

² Daniel Munduruku, escritor indígena, é um de muitos estudiosos defensores da tese de que não existem índios no Brasil. Essa proposição parte de teorias que dizem ser este e outros termos invenções coloniais. Parte dessa conversa pode ser consultada em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/nao-existem-indios-no-brasil-diz-o-escritor-daniel-munduruku/>. Último acesso em: 02 de janeiro de 2023.

colocado no caminho de uma “Auto-reflexão que as levará ao aprofundamento consequente de sua tomada de consciência e de que resultará sua inserção na História, não mais como espectadoras, mas como figurantes e autoras” (FREIRE, P., p. 52), tendo como suporte teórico a obra *Educação como prática da Liberdade*, de Paulo Freire (2018).

Essa reflexão é feita através de uma análise de dados coletados por meio de observação participante no evento intitulado “Direitos Indígenas e Atual Conjuntura Política”, organizado pela Associação de Estudantes Indígenas da Universidade Federal de Santa Catarina (AEI/UFSC) e o Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) dessa mesma universidade. A metodologia utilizada, portanto, foi composta por uma minietnografia, em que a observação e a participação se fizeram elementos indispensáveis. Desse modo, após solicitar autorização à organização do evento, e como forma de divulgação, possibilitou-se à pesquisadora que fizesse filmagens de algumas partes do evento – com foco principal nas falas das lideranças indígenas. Essas imagens audiovisuais foram posteriormente divulgadas nas redes sociais da Associação. Feitas as gravações, as falas puderam ser transcritas e tratadas a fim de serem utilizadas na análise que aqui se apresenta.

A seguir, faz-se uma breve contextualização da situação a que as populações indígenas no país foram expostas, para, posteriormente, ser iniciada a análise de dados, momento em que se faz também a descrição de alguns acontecimentos do evento.

O contexto indígena brasileiro

As populações indígenas no Brasil têm suas histórias marcadas por diversos conflitos que tentam apagar suas formas singulares de viver e de ver o mundo. A insegurança que se coloca aos grupos indígenas desde quando foram submetidos ao processo de colonização é uma circunstância que se mostra longe do fim. Os conflitos decorrentes do processo colonial forçaram muitas populações indígenas a saírem de suas terras – seja por lutas corporais ou pela necessidade de refúgio – e a se integrar à “comunhão nacional”. Contudo, os inúmeros conflitos fizeram com que o país fosse malvisto, tanto interna como externamente, passando uma imagem de nação violenta e ultrapassada. Mediante a má fama atingida, o Estado se viu obrigado a interferir, ainda que timidamente, em contextos de disputas entre indígenas e “civilizados”, seja criando leis de proteção às comunidades, abrigando-os em pequenas reservas ou instruindo-os para o trabalho no campo (RIBEIRO, 1986). Essas políticas, que vigoraram durante um longo período, tinham caráter puramente integracionista, no sentido de dissolução das populações indígenas entre o resto da população (GOMES, 1991).

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o país assume uma política de reconhecimento das culturas e formas de vida tradicionais indígenas, comprometendo-se, através de legislações específicas, com a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira e, assim, com a manutenção e transmissão dos costumes tradicionais. Atualmente, segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), existem no Brasil, pelo menos, 305 etnias, que lutam diariamente por suas terras, seja pela demarcação ou, no caso daquelas que já são demarcadas, contra os inúmeros ataques a seus territórios tradicionais. Em decorrência da escassez de recursos que têm afetado as áreas onde vivem alguns grupos indígenas, isto é, a falta de terra fértil e água limpa para sua sobrevivência, parte desse contingente se desloca para os grandes centros urbanos, a fim de procurar outros meios de subsistência. Esse movimento de migração de suas terras para os centros urbanos, por vezes, leva-os a viverem em condições de pobreza e subalternidade.

Diante dessas situações, os indígenas têm buscado unir forças para lutar pelos direitos a eles concedidos através da Constituição de 1988, quais sejam: direito a terem suas terras oficialmente demarcadas pela União, direito à educação escolar e saúde específicas, direito à assistência especializada, dentre outros. Em relação à escolarização, os povos indígenas têm direito a uma educação específica, intercultural, muti/bilíngue e comunitária (FREIRE, J., 2014), cabendo aos estados e municípios garantir esse direito. Conforme aponta Guerola (2018), “uma das consequências dessa violência territorial, que inviabiliza a soberania econômica dessas comunidades, tem sido tornar os indígenas dependentes da escola e do letramento para a sua sobrevivência financeira e cultural” (p. 112). Ainda segundo o autor, a escola hoje é utilizada estrategicamente como uma arma de defesa e sobrevivência dessas comunidades, que, fazendo-se participantes nesse processo, passaram a construir direitos interculturais.

Desse modo, para que esses direitos sejam garantidos, é necessário que a educação escolar indígena aconteça dentro das comunidades e seja feita pelos próprios indígenas, que são parte desse universo cultural (FREIRE, P., 2005, 2018). Em se tratando do Ensino Superior, as populações indígenas têm se deparado com a necessidade do domínio de conhecimentos específicos para a garantia de certa autonomia, conforme veremos nas falas que serão apresentadas. Os povos originários, como eles se autodenominam, têm buscado no Ensino Superior uma forma de existir e resistir e de levar à própria comunidade a qual pertencem a esperança de uma vida mais digna e mais humana, em que tenham seus direitos preservados.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma das instituições públicas de Ensino Superior que, por meio de suas Políticas de Ações Afirmativas, tem atraído estudantes indígenas para diversos cursos. A presença de estudantes indígenas em universidades públicas do país tem aumentado a cada ano, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)³. O número de indígenas matriculados nessas instituições cresceu de 4.126, em 2012, para 13.989, em 2017. Os dados gerais, que incluem instituições públicas e privadas, mostram um aumento ainda mais significativo, de 10.282 para 56.750, no mesmo período. Esse aumento no número de estudantes indígenas no Ensino Superior, segundo o Ministério da Justiça, está sendo possível graças a políticas públicas, como a Lei de Cotas, e os programas do governo implementados nos últimos anos, como Sisu e Prouni (BRASIL, 2018).

No caso da UFSC, por meio do programa de Ações Afirmativas, são disponibilizadas vagas suplementares para indígenas, os quais ingressam no ensino superior através de vestibular específico. Assim, o número de estudantes autodeclarados indígenas na instituição vem crescendo a cada ano (UFSC, 2018). Devido a esse aumento e à demanda por melhores condições para os estudantes indígenas ingressos, foi fundada, no segundo semestre de 2017, a Associação dos Estudantes Indígenas da UFSC. Alguns dos principais objetivos de criação da Associação estão relacionados a reivindicações por melhorias na permanência dos estudantes indígenas na universidade⁴, incluindo ajuda financeira para que consigam concluir suas formações, ter voz, serem ouvidos e representados nas mais diversas situações de tomada de decisões que os envolvam enquanto estudantes e/ou indígenas.

Em comemoração a um ano de criação da Associação e em luta e defesa de seus direitos os estudantes organizaram o evento “Direitos Indígenas e Atual Conjuntura Política Brasileira” em parceria com o Centro de Ciências Jurídicas da universidade, no dia 14 de novembro de 2018. O evento contou com a participação de representantes do Ministério Público Federal de Santa Catarina (MPSC), do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPIN/SC), da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade da UFSC (SAAD) de professores da universidade, de líderes indígenas e dos próprios estudantes representantes da AEIUFSC. Outro motivo que levou os estudantes a organizarem o evento, como sugerido no próprio nome, diz respeito ao

³ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. [2018]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 nov. 2018.

⁴ Grande parte dos estudantes indígenas da UFSC ficam abrigados em condições precárias dentro de um alojamento improvisado no antigo Restaurante Universitário.

cenário político brasileiro do momento. Na eleição para presidente de 2018, o candidato eleito, Jair Bolsonaro, representou através de seus discursos uma forte ameaça para os povos originários⁵, conforme destacam algumas lideranças, dado que se trata de uma pessoa que durante boa parte de sua carreira pública e política se mostrou como alguém recheado de preconceitos e de conhecimentos estereotipados em relação às populações indígenas, por exemplo, a falsa ideia de que essas pessoas desejam ser como “nós” – os não indígenas –, como já foi defendido pelo governante, exaltando um apagamento histórico e cultural.

Observa-se uma grande aproximação entre o contexto de pesquisa, principalmente no que tange ao cenário político nacional, e as circunstâncias em que Paulo Freire (2018) escreveu sua obra *Educação como prática da Liberdade* (2018). Esses dois momentos exprimem a fragilidade democrática do Estado e a consciência de alguns em relação ao desafio de mantê-la viva e de conscientizar as massas populares sobre essa ameaça.

O característico desse período é que a consciência popular se faz transitiva, permeabiliza-se aos desafios apresentados por sua história. [...] A “consciência transitiva” significa, segundo este ensaio, o reconhecimento da consciência histórica. As massas estão dentro do jogo, agora não mais exclusivo das elites, e os temas em luta não lhes são estranhos. Pelo contrário, vários desses temas – o poder, a democracia, a liberdade etc. – aparecem no cenário político assinalados por ideologias que buscam interpretar o sentimento popular. As classes populares se encontram presentes, ainda que algumas vezes em forma aparentemente passiva, e a pressão que exercem se configura como uma força real no sentido da afirmação da liberdade. (WEFFORT, 2018, p. 26).

Os atos e as falas: a práxis (ou análise dos dados)

Os estudantes indígenas que estavam à frente do evento são pertencentes às etnias indígenas Guarani Mbyá, Laklãnõ-Xokleng, Kaingang, Sateré-Mawé e Munduruku. A mesa onde os convidados do evento se posicionaram estava inteiramente ornada com adereços das etnias indígenas, uma toalha vermelha estampada cobria parte dela, cestos artesanais, maracás e outros objetos. Os estudantes membros da Associação estavam vestidos com camisetas que identificavam o grupo, assim, eram facilmente identificados.

Dando início ao evento, um estudante indígena, membro da diretoria da AEIUFSC sobe ao palco, vestido com um lindo e colorido cocar de penas, e inicia sua fala saudando a todos e todas, em língua portuguesa, e, na sequência, prossegue com a fala em sua língua materna.

⁵ Em seis meses de governo, o presidente tentou por duas vezes encaminhar ao Congresso Medida Provisória que transferiria a demarcação de Terras Indígenas (TI), a cargo da FUNAI, ao Ministério da Agricultura. A primeira MP foi derrubada pelo congresso; já a segunda, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. (Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-diz-que-errou-ao-insistir-em-demarcacao-de-terras-indigenas-pela-agricultura.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2020.)

Considerando a importância da manifestação desse direito, de se dirigir a outras pessoas em sua língua materna, em locais públicos, segue a fala em sua forma integral⁶:

Bom dia a todos e todas!
Reika'at, waku ewywo. Pyno koran waku sese rayn, pyno uiryriaym iakangnia. Pyno waku aimowepit hap. Pyno koran waku sese Tupana, Ahaindé hap upi, aipyhu hap upi, aiky e hap upi. Pyno Koran watipupu ok aopi, pyno tohesep yt wakuat'i, pyno iwenetup hap yt wakuat'i, iwenetup hap wakuat, pyno toin wakuat nug hap aiwe'em be, wuat'i eat pé toin waku nug hap.

A Associação dos Estudantes Indígenas da Universidade Federal de Santa Catarina – AEIUFSC está fazendo este ano de existência. Agradecemos primeiramente a Anumã Waco acima de tudo, nosso Deus e Criador, agradecemos aos povos indígenas do Sul, Guarani, Kaingang, Xokleng, agradecemos a Universidade Federal de Santa Catarina, Agradecemos também ao Prof. Dr. Arno Dal Ri Junior por ter sempre nos auxiliados no CCJ, agradecemos e firmamos nossa aliança com o reitor Ubaldo Cezar Balthazar. A AEIUFSC promove hoje dia 14 de novembro de 2018 o evento sobre Direitos dos povos indígenas e a atual conjuntura política. Sabemos que a atual conjuntura política brasileira não é das melhores e nem favorável a nós povos indígenas, na verdade nunca foi desde o contato com os karaiwá (não indígenas).

Vemos nossos direitos sendo violados, art. 231 e 232 da CF, sem qualquer consideração e respeito.

Vemos, sentimos e sofremos frequentemente violência contra indígenas e a negligência do Estado na demarcação de suas terras tradicionais, os seus territórios sagrados.

Hoje como sempre, um dia de luta. Segundo Prof. Dr. Linguística Nanblá Gakran, do povo Xokleng hoje “somos atores e autores da nossa própria história”.

Tudo isso porque desde sempre fomos massacrados, dizimados, discriminados, somos alvos de ataques sistemáticos, muitos outros povos indígenas foram aniquilados e extintos. Mas nós os 305 povos falantes de mais de 274 línguas somos a resistência destes que já se foram.

Lutamos diariamente para manter nossos costumes, línguas e nossas sagradas rituais e tradições. Como diz Dimanam Tuxá, do povo Tuxá, “morremos sim, derramamos o nosso sangue para que nossas florestas fiquem em pé”.

Sofremos “assédio, ameaças e ataques a defensores, líderes e comunidades indígenas que defendem seu território”.

Como diz a Líder Guarani Kerexu – “Nós somos atacados de várias maneiras”. Querem instituir a tese do marco temporal que contraria regras e normas de direitos humanos internacionais e interamericanas.

Não aceitamos tamanho total desrespeito para com nossas comunidades, nossas mulheres, nossas crianças, nossa cosmovisão, no sentido que nós povos indígenas temos a nossa própria maneira de pensar!

Vivemos, somos defensores das florestas, da água, do ar limpo, da biodiversidade, da fauna, da flora, das riquezas naturais, tudo isso porque temos um bem comum. A VIDA! Waku sese – Obrigado! (Presidente da mesa – liderança Sateré-Mawe).

⁶ O discurso apresentado integralmente nas línguas sateré-mawé e portuguesa foi disponibilizado pelo autor.

A fala acima é caracterizada por um ponto fulcral para a discussão que se propõe, é possível perceber de imediato um encontro entre aquilo que é proferido enquanto discurso e aquilo que é ato. Esses dois movimentos, a fala e a ação, encontram-se em um ponto comum: a resistência. No entanto, essa resistência não é a simples negação do novo, do “progresso”, é a resistência que parte de uma “posição transitivamente crítica” (FREIRE, P., 2018). Segundo Paulo Freire (2018, p. 84), essa transitividade crítica,

voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas. Pela substituição de explicações mágicas por princípios causais. Por procurar testar os “achados” e se dispor sempre a revisões. Por despir-se ao máximo de preconceitos na análise dos problemas e, na sua apreensão, esforçar-se por evitar deformações. Por negar a transferência da responsabilidade. Pela recusa a posições quietistas. Por segurança na argumentação. Pela prática do diálogo e não da polêmica.

A resistência apresentada na fala em expressões como: “lutamos” e “não aceitamos”, mostra-se como uma oposição ao que está sendo imposto aos povos indígenas, isto é, uma opção por não aceitar aquilo que lhes é empurrado pelo Estado e pela sociedade. A resistência, nesse caso vista como a opção por não aceitar algo, não está apenas no ato de falar sobre ela, mas também nas ações que demonstram essa resistência, como o próprio falar na língua indígena, sua língua materna, meio pelo qual a própria cultura, crenças e valores se expressam, em um local onde a língua hegemônica é o português. O falar sobre resistência e resistir no próprio ato de fala – falando sobre resistência –, é o próprio movimento da práxis – teoria-ação-teoria – defendido por Paulo Freire (2005).

Conforme apontado pelo presidente da mesa, citando a fala de uma importante liderança indígena da etnia Laklãnõ-Xokleng, os indígenas hoje sentem-se “atores e autores” de suas próprias histórias, pois podem vivenciar e escrever suas próprias narrativas, uma vez que ao longo do tempo apoderaram-se de instrumentos que lhes permitem hoje falar de si mesmos. Esses instrumentos foram sendo adquiridos ao longo da história através do trabalho enquanto categoria central do desenvolvimento humano. Segundo a concepção da *superação dialética* de Hegel, apontada por Konder (2008), o desenvolvimento humano, que necessariamente passa pela posse desses instrumentos, acontece em três movimentos: (i) a negação de uma determinada realidade; (ii) a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada; e (iii) a elevação dela a um nível superior, ou seja, a superação dessa realidade, sua transformação, que só é possível após uma apropriação crítica daqueles que a querem superar.

A apropriação desses instrumentos ocorre à medida que o homem passa à transitividade da consciência. Conforme teorizado por Paulo Freire (2018), é a transitividade da consciência que permite ao homem o diálogo com o mundo e com o próprio homem, fazendo-o, só assim,

histórico e participativo na história do mundo (FREIRE, 2018). Esse movimento transcende, e assim deve ser, o nível da palavra, colocando-se como um ato político por excelência, transformado em ação.

No caso específico das comunidades indígenas, e mais especificamente ainda no evento analisado, esse movimento palavra-ação pode ser observado em dois momentos bastante representativos para esses grupos: (i) a utilização da língua indígena, como forma de resistência à língua hegemônica – abordado acima; (ii) a presença das tradições indígenas representadas pelos objetos e pelos ritos que caracterizaram o evento. Ainda fazendo uma breve descrição sobre o evento, importa destacar o rito inicial que deu prosseguimento às formalidades acadêmicas – apresentação do presidente da mesa e demais convidados, agradecimentos etc. Os estudantes indígenas fizeram um ritual inicial, utilizando instrumentos, como o maracá, e cantando em língua indígena. Conforme anunciado pelo presidente da mesa, era um rito inicial tradicional dos povos indígenas que é feito como abertura de cerimônias. Assim, apesar de seguir as formalidades de um evento acadêmico – como o fato de ter um presidente da mesa que apresenta os convidados/participantes, que se sentam em posição de destaque diante dos demais, que de início falam sem que sejam interrompidos em um tempo definido e depois respondem a perguntas direcionadas – há uma mistura entre os ritos tradicionais indígenas e o protocolo institucional, que faz com que o espaço se torne uma extensão da cultura de alguns povos indígenas que se fazem presentes.

Ao se apresentarem dessa forma, os estudantes indígenas demonstram consciência e resistência em relação aos padrões estabelecidos, que, ao longo da história, silenciaram suas formas de manifestação. Essa consciência aparece ao passo que os padrões sociais “elitizados” são utilizados à medida que servem às massas para que se façam ser ouvidas e respeitadas, isto é, utilizam os padrões sociais hegemônicos como ferramentas na conquista de seus próprios interesses, sem abandonar, contudo, seus próprios costumes/tradições. Assim, agem politicamente em favor da manutenção de suas práticas, usufruindo do direito que foi conquistado de exercer seus modos próprios de vida, e fazem isso conscientemente. Segundo Duarte (2016), a consciência tem um papel fundamental na transformação da realidade, pois é a partir do domínio objetivo e consciente da realidade que se torna possível conduzir ações transformadoras. Enquanto de um lado há um Estado que tenta esmagar a existência das populações indígenas tomadas como massas, de outro há a práxis sendo tomada pelas massas como forma de revigorar sua existência.

No entanto, ainda segundo o presidente da mesa, esses direitos são ameaçados e violados constantemente. Diante disso, como veremos nas demais falas, eles defendem que estão na universidade, ocupando esses espaços, para continuar lutando.

A gente tem lutado tudo ao longo desses tempos, desses anos, aprendendo junto com nossos antigos líderes, a nunca desistir de uma luta. Hoje são, é, são 518 anos né bem dizer quase de resistência né, e a gente tem sofrido muita pressão, muitas lideranças estão sendo mortas por questão de terra, muita ambição. (Liderança Kaingang).

A liderança indígena reforça a pressão sofrida e o movimento de luta das populações indígenas que iniciou com a colonização do continente latino-americano e se estende até os dias de hoje. Importa destacar a menção que ele faz aos antigos líderes, mostrando que é no movimento de aprender com eles “a nunca desistir de uma luta”, tendo como exemplo as lutas de décadas e séculos anteriores. A liderança menciona sua preocupação e a de outras lideranças decorrente do que vêm enfrentando nos últimos anos em relação aos programas de assistência às comunidades indígenas e em detrimento do resultado da última eleição:

Mas o que importa é nós tá unido, trazendo, trazendo a força de cada um que hoje já não tá no meio de nós, mas que deixaram essas forças, pro futuro que a gente possa lutar como eles guerrearam no passado também.
As lutas nossa são grande, e nós podemos se preparar que vai cada vez – espero que não né, espero que governo conforme as atitudes que a gente tem visto ai espero que não chegue nesse ponto né, mas... – eu acho que nós vamos ter que, vamos dizer assim, vamos dizer, se prever daqui pra frente né, pra que a gente possa se unir e continuar unido pra que a gente possa rebater essas lutas que têm, que o governo ai tá ameaçando a terminar, bem dizer, com as comunidades indígenas. Terminar nunca vai terminar, onde o índio tiver sempre vai ter índio. Nós temos as questões das áreas que ainda têm as nossas áreas antigas que têm algumas limitações que tem que tá em justiça também, nós temos a questão de saúde né, nós temos que segurar as universidades. As universidades nos últimos anos, o número de indígenas cresceu dentro das universidades. Hoje com essa associação que vocês criaram aí na universidade, essa é uma visão que vocês criaram e hoje tá como o professor falou né, que até ontem parece que não existia índio dentro das universidades. E tem que ter essas associações aí, e tem que tá ativa em todos os acontecimentos dentro da universidade e levar o nome das comunidades indígenas né, das comunidades indígenas pra que hoje nós possamos ser vistos. [...]
Hoje pra você ser um líder você sofre ameaça de todo ***, a exploração que talvez aí o pessoal do governo tem essas propostas de explorar dentro das terras indígenas então isso é um risco que nós temos correndo né. (Liderança Kaingang).

Com essa fala, destaca-se a defesa pela união, ou pela unidade, a consideração de estarem juntos pela garantia de seus direitos. Conforme colocado pelo líder, eles buscam essa força nos seus antepassados, e tomam como exemplo aquilo que eles deixaram. Reconhecem que hoje a luta é diferente, não é mais a força física que conta – pelo menos de um lado –, mas

a força política. A liderança kaingang retoma as três principais lutas que têm se colocado para os povos indígenas: as terras, a saúde e a educação. As terras, pois, é onde podem efetivamente viver conforme suas singularidades, enquanto povo; a saúde pois é o que garante a própria vida; e a educação porque é através dela, como uma ferramenta, que podem defender os outros direitos.

Com essa fala da liderança, percebe-se a importância da educação como um meio capaz de levar a outros lugares suas vozes e suas inquietações enquanto povo. A educação possibilita refletir sobre si mesmo e sobre o outro, e sobre si em relação ao outro. Segundo Martins (2015), uma educação que busque alcançar nas pessoas um nível de desenvolvimento capaz de superar a formação de pseudoconceitos deve ter em vista o desenvolvimento da capacidade de captar o real para além de suas aparências fenomênicas. Para que os sujeitos sejam capazes de questionar a ordem social do capital e resistir ou se opor a ela, é necessário que se busque a formação do pensamento abstrato mediado pelos conceitos científicos, a fim de que essas massas se tornem “partícipes de projetos que visem à concretização de algo que ainda não existe, mas queremos fazer existir.” (MARTINS, 2015, p. 55).

Não se trata, todavia, de excluir ou negar o conhecimento popular, ou o conhecimento específico desses grupos, mas, sim, de superá-los e de torná-los mais ricos em novas determinações, possibilitando a apropriação de novas formas pelas quais se pode expressar os próprios conteúdos dos saberes tradicionais (GAMA; DUARTE, 2017). Para Gramsci (1978), o conhecimento em si é poder, uma vez que ter consciência do conjunto de relações de que se faz parte já é uma maneira de modificar essas relações, à medida que sua importância e seu aspecto são modificados. Paulo Freire (1997, p. 56), ao discursar sobre o tipo de linguagem que deve ser ensinado na escola, esclarece que não se trata de ensinar o chamado “padrão culto” mas de, “ao ensiná-lo deixar claro que as classes populares, ao aprendê-lo, devem ter nele um instrumento a mais para melhor lutar contra a dominação”.

Através da fala da liderança kaingang pode-se inferir que esses povos têm resistido não só porque falam em nome de uma resistência ou porque falam dela, resistem no ato, resistem quando dizem resistir já resistindo. Resistem na palavra e no ato. No diálogo com aqueles que buscam o estado permanente das coisas, o não desenvolvimento, a própria desumanização, a manutenção do poder de alguns em relação aos outros. O modo como as populações indígenas têm resistido ao longo dos tempos se modificou, pois hoje estão amparadas pela lei. Mas ela, sozinha, não garante que seus direitos sejam respeitados. Segundo Paulo Freire (2018, p. 126), “À nossa cultura fixada na palavra corresponde a nossa inexperiência do diálogo, da

investigação, da pesquisa, que, por sua vez, está intimamente ligada à criticidade, nota fundamental da mentalidade democrática”. Como a própria liderança afirma, os líderes acabam, mesmo sendo protegidos por lei, sendo ameaçados.

Desse modo, além de resistir pela palavra, resistem ocupando os espaços, com seus corpos e suas vozes, que têm ecoado por diversos lugares. Conforme foi salientado pela liderança indígena, hoje, eles querem levar os discursos indígenas para fora das comunidades para que os outros vejam suas lutas, saibam o que está acontecendo e o que está sendo discutido. Desse modo, as vozes que têm ecoado nos espaços, deixaram de ser aquelas que falam por ou sobre os indígenas e passaram a ser aquelas que falam de si mesmas. O que tem se colocado, como poderá ser visto na fala abaixo, é o esforço por conseguir parcerias para lutar junto, lutar com as comunidades indígenas, e não por elas.

Hoje a gente tá praticando e tentando de alguma maneira assim dialogar e procurar a melhor saída né, sabemos que é bastante difícil por isso temos que tá cada vez mais unidos, organizados e buscando parcerias né, hoje a gente faz parte do conselho estadual de juventude daqui de Santa Catarina, a gente tá fazendo parte também do conselho estadual dos povos indígenas né, do Cepin, e assim, procurando ocupar esses espaços que a gente sabe que muitas das vezes a nossa presença também incomoda em certos lugares né, porque a gente traz outra temática que pra muitas pessoas não é muito interessante, então o que mais me preocupa assim é de que maneira a Associação dos Estudantes Indígenas da UFSC vai se posicionar né, diante da atual conjuntura política. Sabemos que não é uma decisão fácil né, até porque a gente vive numa democracia, com certeza que a gente não apoiou e não apoia né o discurso que o futuro, atual, presidente veio falando em toda sua campanha né e é muito preocupante porque nós somos os principais alvos né. A Amazônia brasileira hoje é onde tem o maior recurso mineral e toda uma riqueza que eles tão de olho né, tão de olho, e tão querendo, o Aquífero Guarani também tá ameaçado, o agronegócio vem avançando pra cima do Xingu, então tudo isso vem fazendo com que nós, os estudantes indígenas, que estamos na UFSC ficamos preocupados porque a maioria da população que tá na aldeia eles não têm essa noção do que a gente tá vendo aqui, então cabe a nós agora tentar fazer alguma coisa. Se organizar nas mais diferentes áreas, seja no direito, seja na saúde, na antropologia, e trazer nossos parentes né, pra essa realidade que ela não é muito boa porque toda a nossa comunidade ela vai ser afetada né. A minha terra indígena ela tem uma barragem então a gente já tá afetado por isso né. E a tendência hoje é não acontecer a demarcação que já tá há mais de 30 anos tramitando na justiça né.

Hoje a gente tá na universidade, pode também, é fazer documentos, criar outras estratégias né, que... eu sempre falo assim que os nossos avós já sonharam com isso né, já prepararam nós pra tá aqui na universidade, pra tá lutando pelo nossos direitos, de não precisar mais de intermediários pra falar por nós, mas a gente ter aliados né, e principalmente ter voz pra mostrar o que a gente quer o que a gente precisa, e principalmente reforçar essa mensagem deles né, essa mensagem que é ancestral, então o que a gente quer é preservar a natureza, é uma sustentabilidade, pra que isso possa vir pra próxima geração né, a nossa próxima geração ela precisa de terra, precisa de natureza, e é por

causa disso que a gente tá resistindo né. (Presidente da AEIUFSC – Laklãnõ-Xokleng).

O presidente da Associação reforça o que vimos tratando, a consciência que eles têm de utilizar as ferramentas que hoje estão em suas mãos e a própria preocupação de conscientizar também as outras pessoas de suas comunidades. Eles, enquanto estudantes, que já estão conscientes do que acontece no mundo e, principalmente, no mundo da política, vêm a necessidade de levar esse conhecimento para as outras pessoas. Conscientizar, segundo Weffort no texto *Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade*, apresentado como prefácio do livro de Paulo Freire (2018, p. 19), não significa ideologizar, como tem se afirmado em nossos tempos, nem mesmo incutir palavras de ordem a outrem – prática do próprio ato opressor. “Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão” (WEFFORT, 2018, p. 19).

Para o presidente da AEIUFSC ocupar os espaços é uma forma de resistir e de mostrar que eles estão presentes, que esse foi um direito conquistado pelos mais velhos e por seus antepassados que lutaram para que eles hoje estivessem na universidade. Segundo ele, os mais velhos, os avós, já cuidaram para que hoje eles pudessem vir para a universidade estudar e lutar pelo povo, e ajudar o povo com o que aprendem na universidade. Percebe-se, novamente, que esse tipo de consciência em relação à importância da educação escolar atualmente, bem como a preocupação dos mais velhos para que os jovens aprendam a utilizar as ferramentas que um dia foram usadas para retirar seus bens, foi transferida das gerações mais velhas para as mais novas. Por isso, hoje, eles têm a necessidade de mostrar que ocupam esse espaço, que estão dentro das universidades, que isso foi um direito conquistado, mas que ainda há muito a ser feito. Diante das ameaças que se colocam à tona, o presidente da Associação reconhece que antes da resistência é importante e fundamental que se mantenha um diálogo constante com os principais opositores às causas indígenas, mas que esse diálogo está condicionado a seguridade dos direitos.

Outro dia eu estava conversando com meu pai e ele disse que a mesma situação que nós estamos vivendo agora isso não é mais novidade pra nós, não podemos ficar triste, não podemos ficar cabisbaixo, algo do tipo. Os povos indígenas sempre foram resistência, sempre foram massacrados, os povos negros também, e eles colocam nós, tentam colocar nós como se fosse uma caixinha, as minorias por assim dizer, mas de fato eles percebem que nós indígenas nós somos muito poderosos, por assim dizer, espiritualmente, porque a gente não acumula riqueza, a gente não quer o usufruto por assim dizer da concentração desses recursos naturais do ouro, da prata [...]. E por mais que tudo isso aconteça, não devemos levar por ideias levianas, não podemos cair na armadilha desses discursos que podem estar nos afetando,

porque as verdadeiras lideranças indígenas elas sabem a importância de o indígena hoje tá dentro da universidade aprendendo a falar a língua do não indígena, ou seja, do branco por assim dizer, como muitos conhecem. E o meu pai diz a seguinte situação em que a resistência ela começa a partir do momento em que os povos indígenas eles lutam de igual para igual quando eles começam a entender, começam a compreender, começam então a ter a ideia de como que a mente, como que essa estrutura foi criada por assim dizer, então tá defendendo tá se profissionalizando vamos dizer faz curso dentro da universidade pra defender seu território, defende seu povo, defende as crianças, defende as mulheres, e defende também todo um costume língua e tradição pra que isso não se perca. Então tudo que nós estamos vivendo agora com base nesse governo por assim dizer que profere bastante asneiras infelizmente, mas não é ele em si por assim dizer, não é ele, é o sistema como um todo, nós reconhecemos isso, conhecemos também de perto já esse tipo de governo, e eles lutam bastante pra que os povos indígenas sempre se mantenham calado né, eles querem nos calar, e também querem estrategicamente e sistematicamente fazer com que os povos indígenas permaneçam e continuem além de calados invisibilizados. (Presidente da mesa – liderança Sateré-Mawe).

A “importância de o indígena hoje tá dentro da universidade aprendendo a falar a língua do não indígena [...]” está relacionada à necessidade de compreensão do mundo de forma relativamente elaborada, superando o pensamento cotidiano (DUARTE, 2016). Para Saviani (2008 apud DUARTE, 2016), trata-se da incorporação dos elementos culturais como ferramentas para a transformação social. Conforme o presidente da mesa colocou, eles passam a lutar de igual para igual quando passam a entender e a compreender como a mente do não indígena e a estrutura funcionam. O presidente da mesa, parafraseando os ensinamentos de seu pai, mostra ter clareza em relação à importância de o indígena estar dentro da universidade aprendendo “a falar a língua do não indígena”, a língua do sistema capitalista, que se preocupa somente em retirar da terra os recursos que ela oferece e acumular riquezas, conforme apresenta o estudante.

Conforme anunciado pelo presidente da mesa, seguindo um rito indígena, compõe a mesa uma liderança guarani, para proferir as palavras finais do encontro.

Nhande ka'araju! Boa tarde!
Nós temos que se reunir, fazer uma união, pra que lutássemos pra uma coisa melhor, tanto na universidade, tanto nas aldeias, tanto em qualquer momento onde a gente circulamos, acho que realmente, como a gente sabendo que hoje não é a arma que destrói a violação dos nosso direito é a caneta que hoje tira a paz da nossa aldeia, então hoje vendo que essa situação se agravou e vai se agravar mais, então nós liderança, tanto estudante que atua na universidade, realmente nós esperamos, a gente tá, a na nossa comunidade, rezando pra que o nossos jovens que atuam na universidade possam aprender e levar esse conhecimento nas aldeia, e os mais velhos também fortalecendo os jovens
É uma luta não só sobre a terra sobre a demarcação, não só nosso direito que nós queremos fortalecer, nós queremos fortalecer também a nossa aldeia, as nossas crianças, a nossa geração, que estão vindo, e nós hoje esperamos que

essa geração possa vir mais na universidade pra ajudar a nossa comunidade então hoje realmente hoje nós indígena a gente não aceitamos essa violação dos nossos diretos. (Liderança Guarani).

O líder guarani reforça a luta pela manutenção dos direitos conquistados, direito de estar dentro da universidade para que o conhecimento possa retornar e ajudar a comunidade indígena. É importante para esses povos conhecer o outro para conhecer ainda mais a si mesmo, conhecer mais da própria cultura e fortalecer, assim, o povo. Conforme Gramsci (1999), o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que realmente é, o conhecer a si mesmo como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixa traços acolhidos sem qualquer análise crítica. No caso das populações indígenas no Brasil, coloca-se como ponto central o (re)conhecimento do processo colonial que culminou na massificação e marginalização desses grupos e, após essa análise, é necessário que as massas se coloquem no processo histórico não mais como objetos, mas como sujeitos historicamente situados, como povo unificado (FREIRE, 2018). Conhecendo a si mesmos, podem conhecer o não indígena e suas armas, para, conhecendo-as, usá-las a seu favor.

Considerações finais

Mas nós não vamos desistir porque, como já foi dito aqui, há 518 anos nós resistimos, vários povos foram extintos vale lembrar, várias mulheres já foram estupradas, e os que foram, os que resistiram até agora, os 305 povos, inclusive o caso do próprio Xokleng que foi reduzido a 150 pessoas, se eles não conseguiram fazer até agora eles não vão conseguir fazer nunca mais, isso pra nós é uma vitória, e vamos defender nosso povo, seja aqui na universidade, seja fora, seja fora do brasil, seja em qualquer lugar. [...] *Diga ao povo que avance, e nós avançaremos.* (Presidente da mesa – liderança Sateré-Mawe)

O movimento de resistência é na verdade um movimento de transformação da realidade que foi imposta no Brasil e talvez no mundo às populações não ocidentais – tomando-se ocidental não no sentido geográfico do termo –, realidade esta que vem tentando determinar essas populações enquanto massas que não possuem liberdade de escolhas, que são assujeitadas a princípios que não são seus. De acordo com Duarte (2016, p. 84), essa transformação parte da dialética entre indivíduo e sociedade que atua tanto no sentido das transformações internas à atividade do indivíduo “como no sentido da transformação, por meio de ações individuais e coletivas, das condições sociais limitadoras das possibilidades de liberdade das atividades humanas”. Portanto, essa transformação é feita pelas próprias pessoas que se fizeram nessa realidade limitadora, a partir do momento em que se tornam conhecedores dessa realidade. “Para que essa transformação ocorra, é preciso que os indivíduos desenvolvam a capacidade de

desnaturalização dessas condições, o que requer o domínio de conhecimentos da realidade sócio-histórica para além dos fenômenos imediatamente perceptíveis na cotidianidade” (DUARTE, 2016), isto é, o conhecimento universal cientificamente elaborado ao longo da história.

A luta passa a ser de igual para igual no momento em que as populações indígenas começam a dispor das ferramentas do não indígena para reclamar por seus direitos enquanto partícipes da sociedade. Todavia, não apreendem a cultura do outro para se adaptar a ela, mas, sim, para modificá-la e nela acrescentar também suas culturas e valores. Diante dos discursos analisados, observa-se um constante movimento entre universidade e comunidade, isto é, os conhecimentos adquiridos no âmbito da instituição são levados às comunidades como ferramentas; e o contrário também acontece, valores, crenças e culturas indígenas são levados das comunidades à instituição. Conforme descrito anteriormente, em alguns momentos do evento percebe-se de forma evidente uma mistura entre aquilo que a academia considera como rituais formais e os ritos tradicionais das culturas indígenas. Essa diversidade enriquece a humanidade culturalmente e pode ser considerada como a expressão da própria liberdade. Em se apoderando das duas culturas, o sujeito pode optar por utilizar uma ou outra, ou ambas, ressignificando seus usos. Conforme pontua Paulo Freire (2018), a educação deve ser encarada como um esforço para a libertação dos homens e mulheres, e não tida como mais um instrumento de dominação.

Como os próprios participantes do evento apontaram, a luta indígena se modificou ao longo da história, hoje, dominando a ferramenta dos não indígenas – o papel e a caneta – eles a utilizam para reclamar por seus direitos. A resistência, em direção à transformação das estruturas, acontece através da palavra escrita, do domínio da ciência das leis. Para Gramsci (1978) “a unidade entre ciência e vida é uma unidade ativa, somente nela se realizando a liberdade de pensamento, [...] ambiente no qual se atua e de onde se extraem os problemas necessários para colocar e resolver” (p.37). Em resumo, a luta é pelo simples fato de terem seus direitos respeitados, o direito de existir, de participar, de serem ouvidos.

É imprescindível, todavia, que seus esforços em direção a essa prática de liberdade sejam levados para fora das comunidades no sentido também de atingir aqueles que não participam de seus meios, isto é, para a população majoritária, como forma de divulgação de suas lutas em direção à autonomia e à liberdade. Como mencionado em uma das falas, muitas lideranças são ainda hoje ameaçadas e isso deriva, principalmente, da luta por terras e bens materiais, ou seja, por poder e capital, que embora pareça absurdo – e desumanizador – ainda

tira muitas vidas indígenas, em lugares onde a mídia sequer chega, ou não interessa chegar. Para que esses povos possam alcançar sua liberdade, portanto, é necessário ainda uma reeducação de toda a população, para que as pessoas entendam os motivos pelos quais as populações indígenas resistem. É necessário que, percebendo a importância da própria liberdade, a sociedade como um todo compreenda os motivos pelos quais as populações indígenas querem esse direito. Segundo Gama e Duarte (2017), a questão da liberdade está no centro do processo de construção de uma pedagogia inspirada no marxismo, necessariamente articulada à construção de uma nova sociedade, uma nova cultura e um novo ser humano. Contudo, faz-se necessário não só o conhecimento em relação a essa possibilidade de sociedade mais participativa, como também a ação consciente em direção a essa sociedade. Conforme Gama e Duarte (2017), “o conhecimento por si só não liberta o ser humano: o que o liberta é a prática social” (p. 527).

Referências

AZEVEDO, Marta Maria. Diagnóstico da população indígena no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 60, n. 4, São Paulo, out. 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400010. Acesso em: 3 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Estudantes indígenas ganham as universidades*. Brasília, 21 mar. 2018. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/estudantes-indigenas-ganham-as-universidades>. Acesso em: 3 jul. 2023.

DUARTE, Newton. Relações entre conhecimento escolar e liberdade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46 n. 159 p.78-102 jan./mar. 2016.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos*. In: CARVALHO, F. L. (Org.). Educação escolar indígena em Terra Brasilis: tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, 2004, p. 11-32.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018, 44. ed.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 213 p.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez, 1997. 3. ed. (Coleção questões da nossa época, v.23).

FREITAS, Luciane Albernaz de Araujo; FREITAS, André Luis Castro de. De Marx a Gramsci: em busca da contra-hegemonia. In: Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio

Gramsci, 1.; Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci, 7. 2016. *Anais da Jornada*, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, nov. 2016.

GAMA, Carolina Nozella; DUARTE, Newton. Concepção de currículo em Dermeval Saviani e suas relações com a categoria marxista de liberdade. *Interface*, v. 21, n. 62, p. 521-530, 2017.

GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991, 238 p.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1999. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Coleção Perspectivas do Homem, v. 12. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

GUEROLA, Carlos Maroto. A demarcação de terras indígenas como política linguística. *Revista da Abralín*, v. 17, n. 2, p. 102-143, 2018. Disponível em: <http://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/512>. Acesso em: 3 jul. 2023.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos).

MARTINS, Lígia Márcia. A internalização de signos como intermediação entre a psicologia histórico cultural e a pedagogia histórico-crítica. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 44-57, jun. 2015.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, 508 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidade (SAAD). *Homepage*. 2018. Disponível em: <http://saad.ufsc.br/>. Acesso em: 25 nov. 2018.

WEFFORT, Francisco C. Educação e Política. Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade. In: FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro:/ São Paulo: Paz e Terra, 2018, 44. ed.